

LUTA PELA ÁGUA NO SERTÃO PARAIBANO: conflitos entre o agrohidronegócio e o movimento de reforma agrária no município de Sousa-PB

Sinval Gomes de Abrantes Júnior¹
Dallila Rayara de Almeida Silva²

Resumo

O presente trabalho é fruto de reflexões estimuladas em debates nas aulas, especialmente, das disciplinas de Geografia Agrária, Aspectos Geoambientais do Semiárido Nordeste e Geohidrologia. A partir destas leituras, e do nosso próprio cotidiano, podemos observar que na região do semiárido o conflito pelos recursos hídricos é algo constantemente evidenciado, principalmente nas produções agrícolas. No decorrer deste trabalho serão apresentados alguns contrastes proporcionados pelo agrohidronegócio no município de Sousa no sertão paraibano.

Palavras-chave: Agrohidronegócio, Água, Conflito.

Introdução

Sabemos que no semiárido além de contrastes naturais, também existem os contrastes sociais. Por ser uma região caracterizada pela escassez hídrica, poucos têm acesso adequado a água e o poder aquisitivo exerce grande influência para a obtenção dela. Segundo Vasconcelos (2016), o agrohidronegócio relaciona-se a percepção de que a água é um elemento crucial para a produção e transformação do território.

O presente trabalho tem o intuito de apresentar uma discussão sobre a luta pela água enfrentada pelo Acampamento Emiliano Zapata do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST no perímetro irrigado do semiárido, levando em consideração o Projeto Várzeas de Sousa. Tal Projeto localiza-se entre os municípios de Aparecida e Sousa no Sertão da Paraíba, e visa estimular a agricultura irrigada na área.

Portanto, os objetivos gerais deste artigo são apresentar uma discussão sobre as finalidades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, as principais características do agrohidronegócio e expor alguns contrastes evidenciados entre este e as pequenas plantações desenvolvidas em um acampamento de reforma agrária no município de Sousa-PB.

¹ Universidade Federal de Campina Grande / sinvaljunior.40@gmail.com

² Universidade Federal de Campina Grande / dallilarayara@gmail.com

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST

Segundo Mendonça (2010, p.36), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST surgiu no final da década de 1970 a partir da organização de pequenos grupos de trabalhadores rurais, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que estavam em luta pela democracia da terra e da sociedade.

Em 1984, o MST se organiza nacionalmente quando promove o Primeiro Encontro Nacional, em Cascavel no Paraná. Neste evento, decidem instituir um movimento camponês nacional orientado por três principais objetivos: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país, com a proposta de sensibilizar os pobres do campo contra o latifúndio e a favor da distribuição da terra.

Além disso, o MST defende o desenvolvimento associado à preservação ambiental, à recuperação de áreas degradadas e mudanças em algumas práticas agrícolas como, por exemplo, a substituição de queimadas e de uso de agrotóxicos. Portanto, o MST aparece como um importante movimento que vem incorporando novas temáticas e aumentando sua resistência, trazendo para os assentamentos e acampamentos debates importantes como lutas ambientalistas, a luta pelo direito à cultura, à educação, à água, entre outros.

De acordo com Mendonça (2010, p. 38 apud MORISSAWA, 2001, p.153), os objetivos gerais do MST são:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

A luta pela terra é relacionada com a luta por melhores condições de vida. Isso significa dizer que os trabalhadores rurais buscam o alimento proveniente da terra e também as condições de trabalho que lhe permitam isso. Assim evidencia Mendonça (2010, p. 37-38),

Destacamos a inclusão de outros aspectos da luta pela terra, as reivindicações por uma reforma agrária que contemple não apenas a redistribuição fundiária, mas que também proporcione condições favoráveis aos pequenos produtores e suas famílias, desencadeando um processo de desenvolvimento integral - moradia, educação, vestuário, transporte, saúde, etc.

O agrohidronegócio

Com os avanços tecnológicos pós-segunda guerra, a agricultura sofreu diversas modificações, onde o principal objetivo era o aumento da produção de alimentos, passando a ser em grande escala. Para isso, diversos investimentos foram feitos na agricultura, como a modificação em sementes (transgênicos), fertilização do solo e mecanização do campo.

Com os avanços na ciência obtidos nas áreas da química, biologia e mecânica, alguns empresários visando o crescimento do mercado alimentício passaram a investir nesse setor, utilizando as técnicas dessas áreas para a produção de alimentos. Para Andrades e Ganimi (2007, p. 3):

Pode-se concluir que a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico. Neste sentido, será imprescindível remeter para o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em cujo momento é possível vislumbrar a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde.

A Revolução Verde foi criada com o argumento de que iria erradicar a fome. Segundo Rosa (1998), o governo norte americano e alguns capitalistas temiam que a fome - problema que vinha crescendo - pudesse trazer tensões sociais e abrir as portas dos países capitalistas para o avanço do comunismo.

Na década de 70, com a reestruturação produtiva do capital, a produção agrícola sofreu algumas influências por causa da crise no capitalismo, a ideologia monetária do neoliberalismo invadiu todos os setores da economia, no qual as grandes organizações internacionais parecem ditar as regras na produção dos países, principalmente em relação aos países subdesenvolvidos.

No Brasil, essa revolução teve um grande avanço na ditadura militar, onde foram abertas as portas do país para o capital internacional, nas quais algumas empresas passaram a adentrar no território nacional, a fim de produzirem insumos químicos, modernização mecânica do campo, com máquinas e indústrias para processarem a matéria prima agrícola.

Assim nos dizem Andrades e Granimi (2007, p. 7):

A abertura dessa nova fronteira agrícola vai ser executada pela grande empresa com o apoio do Estado. Nesse sentido, é o processo de modernização da agricultura que vai organizar a produção do espaço nessas novas fronteiras por intermédio da união entre indústria e agricultura. E essa fusão acarretará profundas transformações acerca da estrutura agrária nacional. Uma delas está no âmbito da escolha do produto a ser cultivado, dando preferência às monoculturas do tipo exportação, como: soja, milho, algodão, arroz. Logo depois, a cana-de-açúcar também terá expansão no seu cultivo devido aos incentivos do Proálcool.

A Revolução Verde trouxe muitos impactos, tanto sociais como ambientais, que para manter a lógica capitalista do acúmulo de capital, empresas cada vez expandem seus negócios, o que vem a acarretar conflitos fundiários, sem contar que a modernização do campo vem provocando cada vez mais o desemprego, ocasionando em muitos casos o êxodo rural, marginalizando as cidades, contribuindo para o crescimento da desigualdade social e degradando o meio ambiente, principalmente o solo e lençóis freáticos pelo uso de agrotóxicos e o desenfreado desmatamento.

A agricultura é a atividade econômica que mais consome água, através principalmente de sistemas de irrigação, onde são utilizadas 70% da água consumida no planeta, segundo o Ministério do Meio Ambiente. O acesso à mesma pode variar, de acordo com o poder aquisitivo do produtor, esse recurso acaba se tornando uma mercadoria, o que acarreta em alguns conflitos.

Para Vasconcelos (2016) o agrohidronegócio relaciona-se a percepção de que a água é um elemento crucial para a produção e transformação do território. Então as áreas para produção são estrategicamente pensadas, tirando proveito de recursos naturais ou construídos, seja pelo Estado ou pela iniciativa privada.

Para Cunha e Carvalhal (2014, p. 77):

Para a produção agrícola no âmbito do agrohidronegócio, todos (independentemente do patamar econômico) estão em busca de acesso à água e a terra. Mesmo em climas com pluviometria regulares (sem necessidade de irrigação), a busca por terra está ligada à água indiretamente, pois a produção, uma das essências da conquista da terra, só é possível com a utilização de recursos hídricos regulares, que sejam eles superficiais, subterrâneos ou pluviométricos. Em regiões de clima com pluviometria irregular, os territórios do agrohidronegócio se constroem principalmente em locais aperfeiçoados para práticas de irrigação por meio de grandes obras hídricas, como represas, canais fluviais artificiais e, em raras exceções, a perfuração de poços tubulares.

A água é um elemento primordial para o valor da terra e conseqüentemente irá ditar a disputa pela mesma, onde os capitalistas se apropriam, transformando-a em negócio rendoso, nos mais diferentes modos, seja produzindo, arrendando etc. Segundo Cunha e Carvalhal (2014, p. 79):

Outra estrutura basilar do capital que faz perpetuar as práticas do *agrohidronegócio* é a sujeição do trabalhador à renda da terra. A terra é tida como um instrumento do capital para explorar a força de trabalho, que possui a água transformada em mercadoria como sua principal aliada para comungar os ditames capitalistas no campo. A propriedade da terra é propriedade da água e de outros recursos naturais ao mesmo tempo.

Então a água é tida como uma mercadoria, na qual para ser obtida, é necessário ter capital. Fica perceptível a luta pela água como processo de mercantilização, onde se cria diferentes relações e disputas no meio rural a cerca deste recurso. Dizem-nos Oliveira e Carvalhal (2012, p. 6) que:

Apropriar terra e água é uma prática antiga dos setores hegemônicos, no entanto, quase sempre este fato tem sido tratado de forma segregada. Nos últimos anos, em todas as partes e sob diversas roupagens, a água vem assumindo características de mercadoria. A apropriação e mercantilização da água ocorrem sob a forma de energia hídrica, ao tratá-la como motor do “desenvolvimento do país” que, como sabemos, vem atender um número restrito de empresas que tiram os proveitos e deixam os rejeitos nos países periféricos à divisão territorial do trabalho. Além disso, vem crescendo o número de empresas estrangeiras interessadas na concessão de serviços do sistema urbano de abastecimento de água, em busca de lucro e crescimento econômico. Dentro deste contexto da inserção da água na lógica mercantil, é imprescindível apontar que a privatização e mercantilização da água estão ocorrendo sob as diferentes porções do planeta, e vem sendo expressos sob o recente conceito de água virtual. Sendo assim, é importante a tentativa de demonstrar que a apropriação da água se dá para atender aos interesses econômicos de determinadas nações, consagradas em um histórico de dominação e exploração sob os ditos países em desenvolvimento.

Luta pela água: o agrohidronegócio e o acampamento de MST no município de Sousa-PB

No sertão nordestino, além de contrastes naturais, também existem os contrastes sociais. Por ser uma região caracterizada pela escassez hídrica, poucos têm acesso adequado a água e o poder aquisitivo exerce grande influência para a obtenção dela.

Mesmo com a implantação de algumas políticas para combater a miséria nessas

regiões, essas disparidades ainda são visíveis, onde o Estado investe recursos que, na maioria das vezes, os beneficiados são os próprios capitalistas, investimentos que nascem como uma política social, mas terminam sendo fonte para outras pessoas lucrarem, sejam políticos e empresários, fazendo com que se mantenha a indústria da seca.

No município de Sousa-PB, considerando o trecho da BR 230 com sentido à capital paraibana João Pessoa, em um determinado intervalo de espaço poderá perceber alguns contrastes. Enquanto que à direita será percebido um latifúndio pertencente a um grupo empresarial formado principalmente por estrangeiros, no qual todo o ano produz culturas em rotatividade, variando entre o milho, algodão e o girassol, nota-se a utilização de técnicas modernas, principalmente no modo de irrigação. Neste espaço não há evidentes problemas quanto a recursos hídricos.

Em contrapartida, às margens da rodovia, no lado esquerdo, tem um cenário bem distinto, um acampamento de MST, o Emiliano Zapata, no qual as famílias passam por sérias dificuldades, pois o sustento da maioria delas é retirado da terra, sendo necessário que tenham acesso à água para produzir principalmente alimentos. Por estarem numa região marcada pelas secas, muitas vezes esses trabalhadores têm prejuízos em suas produções. Pode-se observar que eles não possuem várias extensões de terras, sendo as produções organizadas no quintal da própria casa.

Nesta perspectiva, concordamos com Dourado (2013, p. 123-124) quando afirma que:

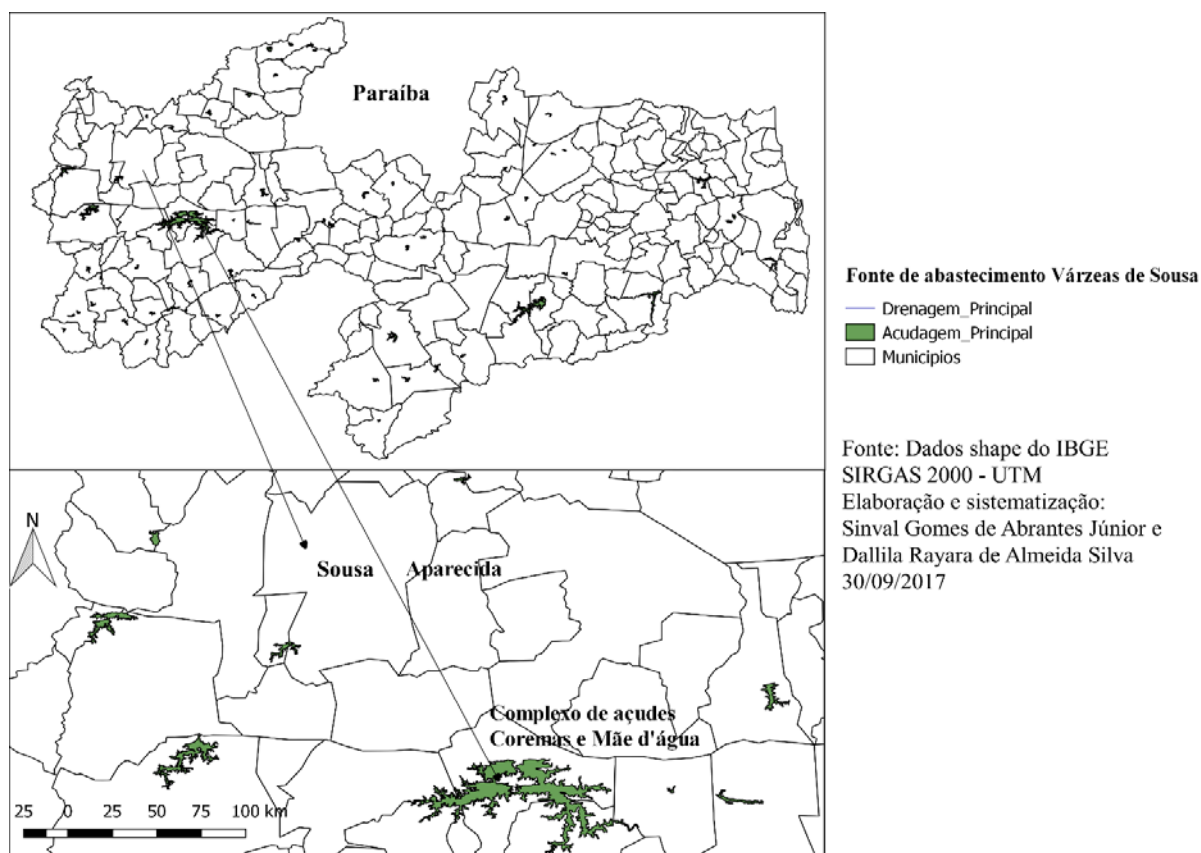
Na Região Nordeste, a partir da década de 1970, verifica-se a ocorrência de maciços investimentos públicos e privados em grandes obras (transposição de bacias, perímetros irrigados, exploração mineral, ferrovia, construção de barragens, entre outras), ocasionando profundas transformações no território. Caracterizados pela atuação setorial, tais investimentos não conseguiram promover mudanças substanciais na realidade da grande maioria da população que vive no campo, pois tratam-se de ações cujo foco é modernizar o território para dotá-lo de infraestrutura e assim, viabilizar a execução de obras para atender às demandas do capital. Por outro lado, as comunidades rurais e periferias urbanas ficam à mercê de políticas assistencialistas (programas sociais de distribuição de renda e carros-pipa, por exemplo), cuja importância é indiscutível para a manutenção do cenário político atual.

Enquanto um produtor tem acesso à água, produzindo assim numa área irrigada todo o ano, outros sofrem com a estiagem produzindo em forma de sequeiro, nos quais aproveitam os períodos chuvosos para a plantação de lavouras. Em períodos de secas uns não produzem, tendo suas plantações e rebanhos perdidos pela falta de água, contribuindo cada vez mais para as desigualdades sociais e econômicas.

Por meio de observações do campo de pesquisa, inferimos que as reclamações dos moradores do acampamento de reforma agrária com o governo são constantes, onde a principal forma de protesto é fechando aquele trecho da BR, impossibilitando o tráfego, tendo muitas vezes conflitos com os próprios motoristas e a polícia. Sua principal reivindicação é pela água, para que possam produzir.

O acampamento no momento encontra-se em um processo de desenvolvimento para, futuramente, se tornar um assentamento. Algumas famílias já estão regularizadas e tem seu lote registrado oficialmente e reconhecido pelo INCRA. Cada família tem direito a um lote de quatro hectares e nessa terra podem produzir seus alimentos e ter suas criações.

Apesar de ser considerado um perímetro irrigado, no acampamento é raro ser visto um sistema de irrigação, logo, se não houver chuva, o camponês não colhe, se não colhe, não come, diferente do seu “vizinho”. Na teoria esse perímetro seria abastecido pela água vinda do complexo de açudes Coremas e Mãe d’água, através do projeto “Várzeas de Sousa”.



Fonte de abastecimento Várzeas de Sousa

O Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa está localizado em terras dos municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba, inserido na sub-bacia do Rio do Peixe e bacia do Rio Piranhas, com acesso pela rodovia BR- 230, distante 440 km da capital João Pessoa- PB. Compõe-se da seguinte infraestrutura de irrigação: Canal da Redenção (canal condutor, com 37 km de extensão e várias obras de arte ao longo do canal, tais como: túneis, sifões e galerias); reservatório de compensação; estação de bombeamento; subestação elétrica; adutoras de recalque e distribuição; reservatório de distribuição; rede de distribuição de água para irrigação (adutoras); rede de drenagem, rede viária, cercas do perímetro e reserva legal, centro gerencial, material de irrigação parcelar. As obras estão na fase final de conclusão, com os recursos de convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional. [...] A população beneficiada diretamente será de 395 famílias, gerando cerca de 5 mil novos empregos diretos e, entre 10 a 12 mil empregos indiretos, conforme cultivares a serem executados; onde está previsto os seguintes cultivares: banana, goiaba, manga, melão, algodão e hortaliças, além de ovinocultura orgânica. O Projeto é uma iniciativa do Governo do Estado da Paraíba com a finalidade de impulsionar e dinamizar a agricultura na sua área de influência, com efeitos positivos sobre a economia estadual, através de ações voltadas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e agroindústrias. (PROJETO DE IRRIGAÇÃO VÁRZEAS DE SOUSA, s.d, n.p).

Atualmente, as tubulações que levaria a água desse projeto para o acampamento não se encontram instaladas. Segundo relato dos camponeses, os tubos estão encostados no acampamento há tanto tempo que se encontram em processo de enferrujamento, havendo a necessidade de serem trocados por novos, caso venham a ser instalados, o que mostra um descaso do governo também em relação aos recursos que são investidos. A única opção para algumas famílias (as que possuem mais condições financeiras) é a perfuração de poços, porém na maioria dos casos, a água só dá para o consumo humano, além de ser imprópria para beber. Essa situação acaba agravando a situação e contribuindo ainda mais para o crescimento da pobreza local.

Em contrapartida, outros conseguem usufruir dessa água e só estão divididos do acampamento pela BR-230: de um lado um acampamento do MST, do outro o agronegócio, a fazenda que está sempre produzindo, utilizando o recurso hídrico do mesmo sistema deveria levar água para o acampamento. O contraste chega a chamar a atenção de quem trafega por aquele trecho, principalmente nos períodos secos, pois de um lado existe o verde das plantações e do outro, pouquíssimas e pequenas lavouras. Pode-se perceber que um lado produz e o outro não.

Considerações finais

Considerando as observações e as informações coletadas no local da pesquisa, pode-se concluir que no semiárido, em especial no município de Sousa-PB as políticas públicas ainda não foram capazes de amenizar os problemas trazidos pela seca.

Enquanto de um lado pode você encontrar as mais modernas técnicas de produção, com sistemas de irrigação automatizados, tecnologia que chama a atenção na paisagem (já que na região é comum encontrar técnicas mais rudimentares utilizadas no campo), máquinas colheitadeiras de última geração entre outras, no outro lado prevalece as pequenas produções, com poucas tecnologias que, na maioria, são aquelas mais sustentáveis, sem o uso de agrotóxico e transgênicos.

É evidente que, se tratando da realidade do país, o agronegócio tem muita força, pelo fato de ser conduzido por aqueles que detêm o capital. A grande quantidade da produção é exportada para outros lugares do país, sendo utilizada como ração animal. Diferentemente do que acontece na agricultura familiar, na qual os investimentos técnicos são extremamente menores e sua produção geralmente acaba na mesa de famílias.

Estes contrastes acabam gerando conflitos entre as duas partes, onde uma se sente afetada pela produção da outra, principalmente na questão do acesso desigual à água, já que para produzir naquelas vastas extensões de terra é necessária muita água. Além disso, as famílias do acampamento se sentem prejudicadas pela grande quantidade de venenos utilizados nas produções da fazenda vizinha, pois certa quantidade é levada pelo vento às pequenas produções do acampamento. Em decorrência disso, acaba ocorrendo invasões, por parte de trabalhadores sem-terra na fazenda, havendo até lutas corporais e prisões de pessoas pela polícia.

Assim, como em muitos lugares do Nordeste, dá para ser observado em Sousa-PB que o acesso à água, por mais que surjam sempre novas políticas do Estado, será desigual e o poder aquisitivo do produtor será determinante para ter esse acesso. As políticas e os projetos que surgem, muitas vezes tem interesse do capital por trás, onde usam o Estado para benefício próprio, seja investindo na campanha de algum político ou entrando diretamente na política.

Referências Bibliográficas

ANDRADES, T. O. de; GANIMI, R. N. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. Ces Revista, Juiz de Fora, v. 21, p.43-56, 2007. Disponível em:

<https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

CUNHA, T. B.; CARVALHAL, M. **TERRA – ÁGUA – TRABALHO: O agrohidronegócio e a transposição do Rio São Francisco**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 15, p.70-94, jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2760/2623>> Acesso em: 04 set. 2017.

DOURADO, J. A. L. **Agrohidronegócio e disputas territoriais no semiárido baiano: Notas introdutórias**. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 02, n. 2, p. 122 - 133, jul./dez. 2013. Disponível em <www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/download/15/pdf_14> Acesso em: 05 de jun. 2017.

MENDONÇA, F. C. de. **A natureza do/no MST**. 2010. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2585/Fernanda%20Ciandrini%20de%20Mendonca%20a7a.pdf?sequence=1>> Acesso em: 23 de set. de 2017.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (s.d, n.p.). Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em: 30 de maio de 2017.

OLIVEIRA, J. da S.; CARVALHAL, M. D. **Água como mercadoria e a luta dos movimentos sociais pelo acesso à água no Pontal do Paranapanema**. São Paulo. 15f, n.p, 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/05.pdf>>. Acesso em 02 de jun. de 2017.

Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa. s.d, n.p. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=47f072de-a5f7-444f-b9c3-40bf4dcb5e45&groupId=10157>. Acesso em: 29 de set. de 2017.

VASCONCELOS, F. M. T. **Territórios em disputa: análise sobre as implicações do agrohidronegócio no semiárido alagoano**. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2016, n.p. Disponível em: <enga.com.br/anais/GT/.../Francisca%20Maria%20Teixeira%20Vasconcelos.docx> Acesso em: 06 de jun. 2017.